

Senado aprova criação do programa Bolsa-A atleta

Dois projetos de lei que instituem auxílio em dinheiro para esportistas que não possuem patrocínio foram aprovados ontem pelo Plenário. A líder do PT, Ideli Salvatti, anunciou que o presidente Lula pretende sancionar as propostas antes da ida dos atletas brasileiros para as Olimpíadas de Atenas

Página 5



Moreira Mariz



Roque de Sá

OBJETIVO Propostas aprovadas pelo Plenário do Senado buscam criar condições mínimas para que atletas com potencial técnico possam participar de competições nacionais e internacionais



Gerardo Magela

SOLENIDADE Na posse de Eros Grau (à direita, com José Alencar), João Paulo (E) observa Sarney cumprimentar Lula

Sarney descarta convocação extraordinária do Congresso

Uma eventual convocação extraordinária do Congresso este mês foi descartada ontem pelo presidente do Senado, José Sarney. A expectativa dele é que o Senado vote até o dia 8, quando deverá entrar em

recesso, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2005, as parcerias público-privadas (PPPs) e a Lei de Falências. Ontem, Sarney participou da posse do ministro Eros Grau no Supremo Tribunal Federal.

Página 3

Promulgada emenda que dá mais recursos para rodovias

Estados e municípios terão uma parcela maior de recursos para aplicar na construção e recuperação de rodovias. O Congresso Nacional promulgou ontem a emenda constitucional que eleva de 25% para 29% a parcela a eles destinada na distribuição da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide).

Página 6



José Cruz

PRÊMIO AMIGO DA CRIANÇA

Romeu Tuma (E) e Edison Lobão participam, no Senado, da concessão do selo "Prefeito Amigo da Criança", da Fundação Abrinq.

Página 7



PREOCUPAÇÃO De acordo com Papaléo, o ritmo de crescimento das doações no país tem caído

Papaléo sugere campanhas para aumentar doação de órgãos

O senador Papaléo Paes (PMDB-AP) defendeu ontem a intensificação de campanhas pró-doação de órgãos. Ele lembrou que, embora o Brasil ocupe o segundo lugar no mundo em número absoluto de doações, quando se leva em conta o tamanho da população, o país cai para o nono lugar. O senador informou que o número de doações vem crescendo desde 1997, mas salientou que o ritmo de crescimento vem caindo. A lista de espera para transplantes, afirmou, aumentou em 13% só no ano passado.

Papaléo reconheceu o esforço das autoridades de saúde e de entidades que atuam na área. Ele advertiu, no entanto, que o empenho da sociedade e do governo pode ser em vão se não houver campanha de esclarecimento para melhorar a captação de órgãos. Papaléo explicou que a legislação obriga a se obter o consentimento da família antes da cirurgia e afirmou que "a educação deve ser o principal meio para conseguirmos aumentar a disponibilidade de órgãos".

CCJ aprova projeto que normatiza prática médica

Proposta segue agora para a Comissão de Assuntos Sociais, que deve realizar audiência para debater o assunto

Os senadores da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovaram relatório do senador Tião Viana (PT-AC) favorável ao projeto (PLS 25/02) que define o ato médico, na forma do substitutivo. A matéria vai agora para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde tramita em caráter terminativo.

O ponto mais polêmico do texto de Tião Viana é a restrição



POLÊMICA Tião Viana apresentou substitutivo que restringe ao médico a prescrição terapêutica

da prescrição terapêutica apenas ao médico, o que causou a reação de profissionais de outras áreas da saúde presentes à

comissão. O substitutivo também torna privativas de médicos as funções de coordenação, chefia, direção técnica, perícia, auditoria e supervisão de ensino vinculadas à profissão. O senador, que é médico, reconhece que a matéria é controversa, mas pediu que a discussão sobre o mérito da proposta seja feita na CAS, que, segundo ele, deve promover três audiências públicas sobre o assunto.

– Temos um vácuo legal. Hoje, são 14 profissões que envolvem a saúde, e a questão interdisciplinar tem trazido disputas de mercado. Não parece justo que médicos não tenham direito a uma lei normatizadora das suas atividades – declarou Viana.



CRESCIMENTO Mozarildo também registra a recriação do frigorífico Mafir no estado

Mozarildo destaca curso de pós-graduação em Roraima

O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) comemorou em Plenário duas recentes conquistas de seu estado: a instalação do primeiro curso de pós-graduação da Universidade Federal de Roraima (UFRR) e a reabertura do Matadouro Frigorífico de Roraima (Mafir). Em contrapartida, mostrou-se preocupado com a notícia de que as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) ameaçam atacar posições do Exército brasileiro na fronteira.

De acordo com Mozarildo, o mestrado em Recursos Naturais pretende qualificar profissionais das áreas de Química, Biologia, Agronomia, Geografia e áreas afins para explorar a diversidade natural do estado.

Quanto à reabertura do frigorífico Mafir, o senador ressaltou que a medida irá viabilizar a exportação da carne bovina abatida em Roraima para o Amazonas e, posteriormente, a comercialização do excedente de produção para a Venezuela.

Guerrilha

Com relação ao plano das Farc de atacar o Exército brasileiro para obter armas e suprimentos, Mozarildo informou que o alerta foi feito pelos serviços de inteligência do Comando Militar da Amazônia. A notícia levou o parlamentar a reivindicar o reforço nos efetivos do Exército e da Polícia Federal na região.

Agenda

Senado realiza sessão não deliberativa às 14h30

O Plenário realiza hoje, a partir das 14h30, sessão não deliberativa. Sem a votação de projetos, é destinada aos discursos dos parlamentares. A reunião de amanhã, às 9h, também será não

deliberativa. A votação das emendas apresentadas ao projeto de Lei de Falências (PLC 71/03) e o exame da proposta de reforma do Poder Judiciário (PEC 29/00) foram adiados para a próxima semana.

Seminário discute tecnologias de processamento da fala

A Secretaria Especial de Informática do Senado – Prodasen – promove hoje, às 10h, o seminário Aplicações das Tecnologias de Processamento de Fala. As pesquisas realizadas na área têm buscado o desenvolvimento de máquina capaz de transcrever a fala humana com precisão. No evento, serão apresentadas as tecnologias já existentes e seu potencial de aplicação nos trabalhos legislativos.

Agenda do presidente

O presidente do Senado, José Sarney, tem audiência marcada para hoje. Ele recebe, às 12h30, a presidente do Instituto ArteViva, Frances Marinho, acompanhada da diretora-executiva do instituto, Martha de Souza Lima Pagy.

Políticas para o turismo

O programa *Cidadania* de hoje, que vai ao ar pela TV Senado, às 19h30, discute medidas governamentais para o desenvolvimento do turismo no Brasil. As pesquisadoras da UnB Tânia Montoro e Deis Siqueira participam do debate.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF
CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Errata

Ao contrário do que noticiou o *Jornal do Senado* na edição de ontem, sobre discurso do senador Heráclito Fortes (PFL-PI), a barragem localizada na cidade de Pedro II (PI), que está sob risco de rompimento, foi construída há 12 anos, e não há 2 anos.



Célio Azevedo

PERSPECTIVA Ao lado de Jefferson e Sérgio Cabral, Esteves Lima (E) adianta que interpretará a lei sem esquecer sua finalidade social

Plenário analisa indicação Esteves Lima para o STJ

Em votação secreta, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou, com 18 votos favoráveis, a indicação do juiz Arnaldo Esteves Lima para ocupar o cargo de ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Caso o nome do juiz, que atualmente compõe o Tribunal Regional Federal (TRF) da 2ª Região (Rio de Janeiro), seja acolhido pelo Plenário, ele irá ocupar a vaga aberta após a aposentadoria do ministro Vicente Leal.

O relator da indicação, senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ), expôs as informações do currículo do juiz, concluindo que Esteves Lima preenche "inequivocamente" os requisitos exigidos pela Constituição para preenchimento do cargo: notável saber jurídico, reputação ilibada e ter mais de 35 anos e menos de 65 anos de idade.

Em sua exposição, o juiz defendeu alterações tópicas implementadas nos processos judiciais por melhorarem o pro-

cesso de decisão acerca de recursos como agravos de instrumento.

– Tudo faremos para contribuir na obtenção de um futuro melhor para a nossa sociedade, buscando a aplicação e a interpretação da lei sem esquecer de atender a sua finalidade social e o bem comum – declarou.

Em resposta a Demostenes Torres (PFL-GO), o indicado comentou a inclusão de juízes federais na composição da Justiça Eleitoral. Segundo ele, a participação de juízes federais seria justificável, mas deveria se restringir às capitais.

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) fez um reparo à exposição do indicado, que, na sua opinião, deveria ter sido mais isento ao fazer comentários sobre o governo Lula.

– Serei absolutamente imparcial na resolução das questões que me forem submetidas – afirmou o juiz, que atribuiu sua declaração "à emoção somada à inexperiência".

Renildo Santana reassume vaga de Maria do Carmo Alves

Ex-prefeito de Itabaianinha, Renildo Santana reassumiu ontem a vaga da senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE), que solicitou nova licença para voltar ao comando da Secretaria de Combate à Pobreza no governo sergipano. Santana já havia exercido a função entre fevereiro e setembro de 2003.

O parlamentar disse que irá pautar sua atuação no Senado Federal pela defesa de matérias de interesse da população de Sergipe. Seus compromissos incluem, por exemplo, a redução das desigualdades sociais e regionais, objetivo já perseguido por Maria do Carmo Alves. Como Renildo Santana deverá integrar as comissões permanentes ligadas às questões sociais e educacionais, esses temas deverão marcar sua nova



Roosevelt Pinheiro

OBJETIVO Renildo afirma que se pautará pela defesa dos interesses do povo sergipano

passagem pelo Senado.

Renildo Santana também volta ao Senado disposto a seguir as orientações de seu partido, o PFL.

Não haverá convocação extraordinária, diz Sarney

■ Ele prevê que o Senado votará, até dia 8, a LDO, a parceria público-privada e a Lei de Falências

O presidente do Senado, José Sarney, afirmou ontem, em entrevista, que não haverá convocação extraordinária do Congresso em julho. De acordo com ele, a expectativa é de que o Senado tenha votado até o dia 8 de julho, quando o Congresso deverá entrar em recesso, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2005, o projeto de parceria público-privada (PPP) e a Lei de Falências.

– É desejo da Casa que terminemos essa parte do ano com essas votações concluídas.

Sarney disse que deverá haver um esforço concentrado no Senado para concluir as votações nesse período e que fará reunião de lideranças para organizar uma agenda de trabalho a fim de tentar limpar a pauta do Plenário na próxima semana.

O presidente negou-se a fa-

Definida a Comissão Representativa

O Senado já tem os nomes dos parlamentares que integrarão a Comissão Representativa. O colegiado funcionará durante o recesso parlamentar, que deve começar no dia 9 e ir até o fim deste mês. Pelo PSDB e pelo PFL, os parlamentares indicados são Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO), Paulo Octávio (PFL-DF) e Demostenes Torres (PFL-GO). Pelo bloco governista, os indicados são Cristovam Buarque (PT-DF) e Ideli Salvatti (PT-SC). Pelo PMDB, os senadores Renan Calheiros (AL) e Ramez Tebet (MS). O presidente do Senado, José Sarney, anunciou a realização de sessões deliberativas pelo Plenário nos dias 6, 7 e 8 de julho, às 10h.



Gerardo Magela

NO SUPREMO Sarney (C) conversa com Jobim na posse do ministro Eros Grau (à esquerda, recebendo cumprimentos de João Paulo)

lar sobre a possibilidade de anulação da votação realizada nessa terça-feira, pelo Plenário do Senado, da proposta de emenda à Constituição (PEC) que reduziu o número de vereadores. A pergunta dos repórteres foi feita a partir de suposição de que o senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO), que presidiu a sessão no momento da votação da matéria, teria votado, o que vai contra o Regimento Interno da Casa.

O Senado rejeitou a PEC, que já havia sido aprovada na Câ-

mara dos Deputados, tornando assim válida a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que reduziu em 8.528 as vagas de vereadores em todo o país.

Posse

O presidente do Senado compareceu ontem à cerimônia de posse do jurista Eros Roberto Grau no cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Estiveram na solenidade o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, o presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha, e várias outras autoridades.

Jefferson rejeita pagamento extra aos congressistas

O líder do PDT, senador Jefferson Péres (AM), afirmou ontem que espera que o Executivo não faça a convocação extraordinária dos congressistas no mês de julho, como tem sido noticiado pela imprensa. Segundo ele, a medida seria desgastante para os parlamentares, já que a sociedade não aprova mais os gastos com uma convocação extraordinária, que atingiriam R\$ 50 milhões.

Se convocar o Congresso, o governo vai afrontar a sociedade, enfatizou o senador, para quem a medida "deve ser repelida veementemente", mesmo porque os parlamentares não consideram justo receber pagamentos extras, principalmente depois da aprovação de um salário mínimo de R\$ 260.

Na opinião do líder do PDT, o Congresso já deveria ter extinguido o pagamento de convocações extraordinárias. Ele disse que aceita a prorrogação dos trabalhos por uma semana, sem remuneração.



Roosevelt Pinheiro

DESAFIO Para Jefferson, Executivo afrontará a sociedade se fizer convocação

Caso o Congresso não examine todas as matérias, isso será devido ao fato de a "pauta ter sido destruída pelas medidas provisórias" editadas pelo governo, segundo o senador.

Na presidência dos trabalhos, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) informou que o presidente José Sarney já enviou comunicado a todos os senadores de que haverá um esforço concentrado no Plenário a partir de hoje e na próxima semana.

Aprovada norma que agiliza a construção de gasodutos

Senado acolhe duas emendas ao texto e projeto volta à Câmara para exame pelos deputados

O projeto de iniciativa do Executivo que visa agilizar a construção de gasodutos e outros sistemas dutoviários foi aprovado ontem pelo Plenário do Senado e, por ter recebido duas emendas, retornará ao exame dos deputados. A matéria foi apreciada em regime de urgência, após ter sido aprovada, pela manhã, na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), que acolheu o relatório do senador Delcídio Amaral (PT-MS).

Delcídio explicou a importân-



VANTAGEM Relator da matéria, Delcídio sugere a redução de exigências que atrasam as obras

cia do projeto (PLC 33/04) dizendo que ele vai remover os impedimentos que estão atrasando em até dois anos as obras de gasodutos da Petrobras por falta de concessão de licença

ambiental. A emenda de sua autoria, continuou, recupera o texto encaminhado pelo governo, deixando claro que a margem sem qualquer edificação (de 15 metros de cada lado da faixa de 20 metros que abriga as tubulações dos dutos) só será exigida quando for necessária para a segurança do empreendimento. A legislação vigente exige essa faixa de segurança.

O senador atribuiu a essa exigência o encarecimento da energia para o Nordeste, que teve de ser atendido por usinas térmicas movidas a diesel, um combustível três vezes mais caro que o gás natural. O parecer de Delcídio na CI foi examinado extrapauta durante audiência da comissão com o presidente da Petrobras.

Petrobras decidiu pela melhor proposta, afirma Dutra

A proposta do consórcio Mauá/Jurong para a construção da plataforma da Petrobras PRA-1 superou em R\$ 7,39 milhões o valor negociado com o consórcio CNO/UTC Engenharia, que foi de R\$ 988,96 milhões, além de enfrentar problemas de viabilidade técnica. Com essas informações prestadas à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), o presidente da Petrobras, José Eduardo Dutra, detalhou a proposta do consórcio fluminense, cuja desclassificação foi alvo de polêmica entre a governadora do Rio de Janeiro, Rosinha Matheus, e o dirigente da estatal.



EXPLICAÇÕES Ao lado de Tourinho (E), José Eduardo Dutra detalhou as diferenças das propostas para a construção da plataforma PRA-1

Dutra explicou que, além da planilha encaminhada pelo Mauá/Jurong ao governo do Rio, no montante de R\$ 884,531 milhões, a proposta envolvia outros valores, como R\$ 57,12 milhões para logística e R\$ 8,68 milhões para ações de salvamento. A defesa da governado-

ra do Rio foi feita pelo senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ).

Sobre a campanha publicitária para a construção das plataformas, um dos temas do requerimento do senador José Jorge (PFL-PE) para a audiência, Dutra declarou que o custo foi de R\$ 3.407.012,84.

Comissão acata audiência sobre "poços maduros"

Durante audiência com o presidente da Petrobras, a CI aprovou requerimento do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) para obter esclarecimentos do diretor da estatal, Guilherme Estrela, do diretor da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Newton Reis Monteiro, e do especialista na área, o diretor da Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia, Caiuby Alves da Costa, sobre a exploração dos "poços maduros" no país.

Tourinho disse que esse assunto é sua única divergência em relação à atuação da estatal, apoiando a lei que garante à Petrobras flexibilidade para cancelar licitações e negociar com as empresas.

– Submetê-la à Lei 8.666 [de licitações públicas] é matar a Petrobras. Ela precisa ter flexibilidade para agir como empresa privada nesses processos – defendeu Tourinho, que foi ministro de Minas e Energia no governo Fernando Henrique Cardoso.

De acordo com o presidente da Petrobras, dos 14 contratos relativos à construção das plataformas P-51, P-52, P-54, P-34 e PRA-1 (que escoará a produção de outras seis plataformas), sete derivaram de processos licitatórios. Os outros sete resultaram de negociações, dos quais seis foram cancelados por preço excessivo. A estatal vem obtendo ganhos com essa prática,

uma economia calculada em US\$ 150 milhões.

Em resposta a questionamento do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), Dutra assegurou à comissão que os valores das plataformas P-51, P-52 e P-54, obtidos pela Petrobras, estão abaixo da média da indústria mundial de petróleo, sem considerar o peso dos tributos, que varia conforme o país.

Em resposta a Delcídio Amaral (PT-MS), o presidente da estatal comprometeu-se a apresentar à CI o plano estratégico da empresa até 2010. Dutra foi também questionado pelos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).



DENÚNCIAS Raupp e Mozarildo (primeiro e segundo à esquerda) acompanham depoimentos à Comissão das Questões Fundiárias

Funai dificultou resgate dos garimpeiros, diz procuradora

A Fundação Nacional do Índio (Funai) não cumpriu acordo e criou obstáculos para que o Ministério Público de Rondônia (MPE) e a polícia entrassem na reserva Roosevelt para resgatar os corpos dos garimpeiros assassinados pelos índios cintas-largas, em outubro de 2003 e em abril de 2004. A afirmação foi feita pela procuradora Conceição Baena, em depoimento ontem à Comissão Temporária das Questões Fundiárias, presidida pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR).

A procuradora assegurou que jamais brigou por conta de atribuições entre o Ministério Público estadual, a Polícia Federal, a Funai e o Ministério Público Federal (MPF), apenas tentou fazer o trabalho que

compete ao estado. Uma vez que houve homicídios, compete à polícia civil investigar e abrir inquérito, e ao Ministério Público apresentar denúncia, além de efetuar o resgate dos corpos, afirmou. Ela lembrou que, na chacina ocorrida em 2003, o MPF não se posicionou nem assumiu o caso.

Conceição Baena declarou ainda que a Funai não cooperou e não cumpriu acordo para liberar a entrada do MPE e da polícia na reserva para resgatar os corpos dos garimpeiros.

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) lamentou a atuação da Funai no episódio e disse que será necessário convocar novamente o coordenador do órgão em Rondônia, Walter Bloss, e o presidente da Funai, Mércio Pereira Gomes.

Aelton ressalta o trabalho dos fiscais agropecuários

O senador Aelton Freitas (PL-MG) parabenizou ontem os fiscais federais agropecuários pela passagem do quarto aniversário de criação da carreira no Ministério da Agricultura.

– Como agrônomo e senador comprometido com a agropecuária nacional, não poderia deixar de parabenizar esses profissionais, que tanto contribuem para fazer do setor uma verdadeira alavanca da economia nacional. E agradeço à Associação dos Fiscais Federais Agropecuários do Distrito Federal a confiança depositada em nosso trabalho.

Aelton explicou que os fiscais federais agropecuários são responsáveis pela defesa sanitária animal e vegetal, pela inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal e vegetal e pela fiscalização de insumos para agropecuária em todo o



EXPORTAÇÃO Aelton Freitas comemorou o fim do embargo chinês à soja brasileira

território nacional.

O fim do embargo chinês à soja brasileira também foi comemorado pelo senador. Ele elogiou o "trabalho firme e diplomático" do ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, para garantir novos investimentos e medidas que tornem mais rigorosa a fiscalização da soja exportada. Aelton ressaltou a disposição do presidente da República de intervir na questão e disse ainda estar confiante em que o episódio do embargo terá efeito passageiro. Para ele, as perspectivas gerais para a produção agrícola são as melhores possíveis.

Adiada votação da reforma do Judiciário

O presidente do Senado, José Sarney, adiou para a primeira sessão deliberativa da próxima semana a votação da proposta de emenda à Constituição (PEC 29/00) que altera a estrutura do Poder Judiciário. O adiamento, que teve o consenso dos líderes, se deu por não haver garantia de quórum para a aprovação da matéria – são necessários 49 votos favoráveis.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) já apresentou três pareceres: dois do ex-senador Bernardo Cabral e o outro de José Jorge (PFL-PE), aprovado em 6 de abril último.

O parecer do senador José Jorge conclui pelo envio à promulgação de um texto com os tópicos em que não houve alteração em relação ao que foi acolhido pela Câmara; pelo retorno, para exame dos deputados, dos pontos alterados; e pela criação de duas outras PECs, que, se aprovadas no Senado, seguirão também à apreciação dos deputados.

Entre os pontos que devem constar na PEC que, se aprovada no Senado, seguirá à promulgação, estão a criação do Conselho Nacional de Justiça, que exercerá o controle externo do Judiciário, e do Conselho Nacional do Ministério Público, que controlará as ações dos procuradores federais; e a adoção da súmula vinculante e da quarentena para os magistrados.

Direitos Humanos tem novo conselho

O Plenário do Senado aprovou ontem substitutivo ao projeto de lei da Câmara (PLC 1/02) que transforma o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana em Conselho Nacional dos Direitos Humanos. Além de incrementar as competências do novo organismo, que passaria a ter o poder de aplicar sanções, a proposição altera a composição do colegiado. A matéria voltará a ser examinada pelos deputados.

No parecer elaborado para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o senador Demostenes Torres (PFL-GO) admitiu a necessidade de reformulação do conselho, para ajustá-lo à nova realidade do Estado democrático de direito no Brasil e às diretrizes da comunidade internacional sobre a tutela dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais.

Quanto à composição do colegiado, o senador divergiu do texto original e propôs a paridade numérica entre os representantes da sociedade civil e dos órgãos públicos, para “assegurar o equilíbrio e a independência do novo órgão”. A nova estrutura contaria com 20 conselheiros, sendo dez representantes da sociedade civil, eleitos em encontro nacional para mandato de dois anos.

Senado aprova criação do programa Bolsa-Atleta

■ Projetos que criam ajuda em dinheiro para esportistas sem patrocínio vão agora à sanção presidencial

Os senadores aprovaram ontem dois projetos de lei da Câmara que instituem auxílio em dinheiro para os esportistas que não têm patrocínio de pessoas jurídicas. A concessão das bolsas não gerará qualquer vínculo entre atletas beneficiados e a administração pública federal, e exigirá como requisito, além do não-recebimento de patrocínio, a participação, no ano anterior, em competições esportivas no Brasil ou no estrangeiro. Os projetos vão à sanção presidencial.

De autoria do deputado li-

enciado e atual ministro do Esporte, Agnelo Queiroz, a primeira proposta (PLC 22/04) cria a Bolsa-Atleta, que assegurará uma ajuda mensal de R\$ 300 a R\$ 2.500. O outro projeto (PLC 37/04) é de iniciativa da deputada Nice Lobão (PFL-MA). O objetivo das propostas é criar condições mínimas para que os atletas brasileiros que têm potencial técnico possam competir no país e no exterior, bem como incentivá-los a buscar sempre os melhores resultados.

Durante a votação, o senador Osmar Dias (PDT-PR), presidente da Comissão de Educação (CE) e relator do projeto de Agnelo Queiroz, afirmou que as proposições eram idênticas e pediu esclarecimentos à Mesa. Osmar questionou o fato de a Casa votar as duas matérias,

dizendo que o Senado deveria optar por um delas.

Já Demostenes Torres (PFL-GO), relator da segunda proposta, garantiu que essa é mais abrangente. “Os projetos são diferentes, mas têm semelhanças e deveriam ter tramitado conjuntamente.”

A líder do PT, Ideli Salvatti (SC), salientou que a votação das duas matérias resultava de entendimento com o governo, e anunciou que o presidente Lula pretende sancionar os projetos antes de os atletas brasileiros embarcarem para a Grécia, a fim de participar das Olimpíadas, em agosto.

O presidente do Senado, José Sarney, disse que a Mesa estava cumprindo o que estabelece o Regimento Interno e que as duas matérias foram “deviadamente instruídas”.



DECISÕES Além de projetos de lei, Plenário aprovou ontem acordos internacionais e resoluções

Empréstimo de US\$ 60 milhões para o Tocantins

O Plenário do Senado autorizou ontem o governo do estado do Tocantins a tomar um empréstimo no valor de US\$ 60 milhões ao Banco Mundial. O dinheiro será usado no financiamento parcial do Projeto de Desenvolvimento Regional Sustentável do Tocantins. O relatório do senador Edison Lobão (PFL-MA) ressalta que o Tocantins não está sob processo de reestruturação e ajuste fiscal, e o grau de endividamento do estado é baixo.

Também foi aprovado pelo Plenário pedido de contratação de operação de crédito no valor de US\$ 46,5 milhões entre a prefeitura de Belo Horizonte e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Acordos e protocolos acolhidos

O Senado Federal aprovou ontem cinco acordos internacionais em vários setores, como o que regula o funcionamento da Organização Internacional do Cacau, o que modifica o Convênio Constitutivo do Fundo Africano de Desenvolvimento (FAD) e o acordo entre Brasil e Espanha para Cooperação em Matéria de Prevenção do Consumo e Controle do Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas.

Ainda foram acolhidos o Protocolo de Integração Educativa entre o Mercosul, a Bolívia e o Chile; o Tratado de Extradicação entre Brasil e França; e o Acordo sobre Isonção Parcial de Vistos entre Brasil e Tunísia.

Milton Santos será o Patrono da Geografia

O geógrafo Milton Santos será o Patrono da Geografia Nacional, conforme projeto de lei da Câmara (PLC 459/04), de autoria da deputada Laura Carneiro (PFL-RJ), aprovado ontem pelo Senado Federal. A matéria vai à sanção presidencial.

Nascido na Bahia, Santos faleceu aos 75 anos, em São Paulo. Formado em Direito, em 1948, passou a se dedicar à Geografia. Doutor pela Universidade de Estrasburgo, na França, Milton Santos recebeu inúmeros títulos e honrarias em várias nações, tendo sido agraciado, em 1994, com o Prêmio Internacional de Geografia Vautrin Lud, espécie de Nobel da Geografia.

Lei de Falências: definição só na terça

A votação das 60 emendas à nova Lei de Falências (PLC 71/03) e do projeto de lei que modifica o Código Tributário Nacional para adequá-lo à legislação referente à recuperação de empresas (PLC 70/03) foi adiada pelo Plenário do Senado para a próxima terça-feira.

Os senadores querem ter a garantia de obter quórum maior para votar a proposta.

O relator Ramez Tebet (PMDB-MS) deve acatar pelo menos dez das emendas apresentadas pelos senadores.

Tebet disse que a matéria está “madura e pronta para ser votada”. O parlamentar prefere que a futura lei seja chamada de Lei de Recuperação das Empresas, em vez de Lei de Falências, já que o eixo central do projeto é justamente evitar a falência e a liquidação extrajudicial de empresas em dificuldades.

O texto em exame pelo senador foi enviado ao Congresso em 1993 pelo então presidente Itamar Franco, e tramitou durante dez anos na Câmara dos Deputados, chegando ao Senado Federal no ano passado.

Uma das principais novidades é a substituição da figura da concordata por mecanismos modernos, como a recuperação judicial e extrajudicial de empresas, que visam permitir acordos entre credores e devedor para viabilizar a sobrevivência da organização.

Outra novidade é a criação do comitê de recuperação, a ser formado por representantes de empregados, dos credores e da direção da empresa.

A recuperação extrajudicial prevê que o empresário em situação de insolvência deverá apresentar aos credores, excluídos os empregados e o fisco, proposta viável de recuperação, a ser homologada pelo Judiciário.

Anel rodoviário tem nome de ex-prefeito

O Plenário do Senado aprovou ontem o parecer ao projeto de lei da Câmara (PLC 111/02) que denomina Jádriel Matos o anel rodoviário de Vitória da Conquista, na Bahia, composto pelas alças Oeste e Leste, integrantes da BR-116. A proposta recebeu parecer favorável da senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) na Comissão de Educação. A matéria vai à sanção presidencial.

A proposta homenageia Jádriel Matos, ex-prefeito de Vitória da Conquista no período de 1973 a 1977. Ele exerceu também o mandato de deputado estadual, de 1979 a 1983, vindo a falecer em 1998. Pelo que apresentará em termos de liberação do tráfego e de perspectiva de expansão do município, o anel é considerado a obra mais importante já realizada na cidade depois da Rodovia Rio-Bahia.

Promulgada emenda que aumenta repasse da Cide

Dinheiro se destina a obras de construção e recuperação de rodovias pelos estados e municípios

Em sessão realizada ontem, o Congresso Nacional promulgou a Emenda Constitucional 44, que eleva de 25% para 29% a parcela a que têm direito estados e municípios na arrecadação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), o que representará R\$ 400 milhões a mais, por ano. O dinheiro se destina exclusivamente a obras de infraestrutura de transportes, como a construção e recuperação de rodovias. Participaram da solenidade e assinaram a emenda os presidentes do Senado, José Sarney, e da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha.

A PEC que altera os critérios de distribuição da Cide foi



REFORÇO José Sarney (D), ao lado de João Paulo, assina emenda constitucional que garante mais recursos a estados e municípios

aprovada pelo Senado na terça-feira, recebendo 54 votos favoráveis e nenhum contrário. Graças a um acordo entre Congresso, governadores e governo federal, não houve alteração no texto enviado pela Câmara, o que tornou possível a rápida promulgação da emenda.

Na mesma sessão do Congresso, houve a leitura de dois requerimentos pedindo a prorrogação dos trabalhos de comissões parlamentares mistas

de inquérito (CPI). A primeira, que investiga a exploração sexual de crianças e adolescentes, solicita 15 dias adicionais para concluir seu relatório final. A decisão precisa ser referendada pelo Plenário. Já a CPI do Banestado terá mais 180 dias para prosseguir nas investigações sobre evasão de dólares. Como havia número suficiente de assinaturas no requerimento, a prorrogação está automaticamente aprovada.

Rodovias estarão melhor em dezembro, diz Costa

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) afirmou, em discurso no Plenário, que a aprovação da proposta de emenda constitucional que eleva em 4% a distribuição, aos estados e municípios, do dinheiro da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), "vai permitir o início da recuperação das rodovias do país".

– Nos últimos oito ou nove anos praticamente nada se aplicou na recuperação da nossa malha rodoviária. Tivemos em Minas Gerais até a interdição de uma rodovia, entre Uberlândia e Araxá, determinada por uma juíza, por causa do excesso de buracos na pista, o que facilitava os assaltos



ABANDONO Hélio Costa afirma que foi pequena a aplicação de recursos nos últimos oito anos

a motoristas – informou o parlamentar.

Hélio Costa lamentou que, devido à falta de tempo, o Senado não tenha aprovado

uma emenda para que o repasse do dinheiro possa ser feito pela União aos estados todo mês, e não a cada trimestre.

– Entendo que até o final do ano nossas rodovias estarão bem melhores. No caso de Minas, esperamos que todas as estradas de escoamento de safras e que permitem acesso às cidades históricas estejam em boas condições de tráfego – disse ele.

O senador mineiro afirmou que a situação precária da BR-135, que liga o norte de seu estado a Belo Horizonte, está exigindo dos motoristas desvios por estradas de terras, o que aumenta o tempo das viagens.

Comissão examinará proposta de socorro do BNDES à mídia

O presidente da Comissão de Educação (CE), Osmar Dias (PDT-PR), vai designar um grupo de seis senadores para apresentar sugestões à proposta de empréstimo a ser oferecida pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ao setor de comunicação.

O grupo terá prazo até 20 de agosto para concluir o relatório

que será examinado pela comissão. Conforme o Regimento do Senado, a CE não poderá se manifestar formalmente, devendo apresentar uma recomendação.

Osmar decidiu atender sugestão de Hélio Costa (PMDB-MG), no sentido de a comissão insistir na necessidade de a proposta ser aperfeiçoada.

– Estamos vendo a deteriora-



AÇÃO Osmar Dias vai designar grupo para elaborar relatório com sugestões ao banco

ção das empresas de mídia no Brasil e, se alguma coisa não for feita, vamos ver alguns dos nossos principais órgãos nas mãos do capital estrangeiro – alertou Hélio Costa.

Projeto ajuda a preservar parque em Santa Catarina

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem substitutivo do senador Delcídio Amaral (PT-MS) a projeto do deputado Antonio Carlos Konder Reis que demarca os limites do Parque Nacional de São Joaquim, em Santa Catarina. Para o senador, a medida é vital à preservação da área, já que o município de São Joaquim é famoso por suas belezas naturais, além da ocorrência regular de neve, o que atrai grande número de turistas.

Delcídio observou que a preservação em nada trará prejuízos à produção agrícola ou pecuária, nem tampouco haverá descaracterização dos vários povoados que se fixaram na região ao longo dos anos. O parque terá uma área aproximada de 33 mil hectares. Como foi alterado pelos senadores, o projeto (PLC 107/02) retornará à análise da Câmara.

Na mesma reunião, a CAS, presidida pela senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), aprovou parecer do senador Leonel Pavan (PSDB-SC) sobre projeto do Executivo (PLC 33/04) que modifica a lei sobre o parcelamento do solo urbano (nº 6.766/79), de forma a retirar a obrigatoriedade da reserva da faixa de não edificação de 15 metros de cada lado das rodovias e ferrovias.

Para Delcídio Amaral, o projeto permitirá maior agilidade nos licenciamentos ambientais, com a devida segurança para a população, dentro das normas técnicas vigentes. Ele observou que a medida proposta pelos Ministérios das Cidades, do Meio Ambiente e de Minas e Energia já é largamente usada em todo o mundo. Sérgio Guerra (PSDB-PE) e Eduardo Azeredo (PSDB-MG) elogiaram o projeto.



RECONHECIMENTO A presidente da comissão, Lúcia Vânia, observada por Romeu Tuma e Sarney, descerá a foto na sala da comissão

Foto de Tuma vai para galeria dos ex-presidentes da CAS

O presidente do Senado, José Sarney, ao lado de vários parlamentares, convidados, familiares e servidores da Casa, compareceu ontem à solenidade de inauguração da foto do senador Romeu Tuma (PFL-SP) na galeria dos ex-presidentes da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que ele presidiu no biênio 2001/2002.

Sarney destacou a amizade construída entre os dois, ao longo dos anos, observando que durante todo esse tempo sempre notou em Romeu Tuma uma marca inconfundível: a de um homem bom. E disse que o senador por São Paulo é um dos parlamentares mais atuantes do Congresso Nacional, sem-

pre presente em todos os trabalhos e atividades da Casa.

Emocionado, Tuma, que é 1º secretário do Senado, afirmou que recebia a homenagem "com muita honra" e declarou que a vida lhe ensinou que o mais importante "é oferecer tudo de si a serviço do próximo".

Antes de descerrar a placa com a foto, a presidente da CAS, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), enalteceu a atuação de Tuma no Senado, com destaque para o combate à criminalidade, principalmente o narcotráfico. Para ela, Tuma é, sem dúvida alguma, "um parlamentar humanista, amigo e leal, a serviço do país e de seu povo".



DENÚNCIA Para Sérgio Guerra, está havendo favorecimento ao PT na liberação de verbas

Sérgio Guerra propõe boicote a projetos do governo

Embora se declarando conciliador, o senador Sérgio Guerra (PSDB-PE), líder da minoria, anunciou ontem que vai atuar junto aos partidos oposicionistas para que seja boicotada a votação, em Plenário, das matérias de interesse do governo petista. Só ficaria fora dessa orientação a nova Lei de Falências, objeto de compromisso entre o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) e a base governista.

Para o senador, o governo Luiz Inácio Lula da Silva “extrapola na capacidade de convivência democrática”. A afirmação foi motivada pela estratégia que o governo teria adotado para liberar recursos de emendas parlamentares ao Orçamento da União. Conforme Sérgio Guerra, está havendo “prática de favorecimento escandalosa ao PT”.

– O clima é de desordem e de desrespeito à vontade parlamentar como nunca visto – disse. Nos oito anos em que exerceu mandato de deputado federal pelo PSB pernambucano, Sérgio Guerra relatou que nunca deu voto ao governo, mas sempre conseguiu liberar recursos orçamentários. Por isso, ressaltou, avalia a política de liberação como “antidemocrática e preconceituosa”.

Sérgio Guerra citou matéria recente dos jornais denunciando a liberação de verbas para deputados que votaram a favor do mínimo de R\$ 260.

Prefeitos são premiados por ações em favor das crianças

■ Solenidade, que reuniu 126 prefeitos no Auditório Petrônio Portella, foi promovida pela Fundação Abrinq

Os prefeitos de 126 municípios que implementaram ações nas áreas de saúde, educação e assistência social para a infância e a adolescência no atual mandato receberam ontem o selo “Prefeito Amigo da Criança”. A solenidade, no Senado, foi promovida pela Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente, e contou

com a presença dos senadores Edison Lobão (PFL-MA) e Romeu Tuma (PFL-SP), que representaram o presidente da Casa, senador José Sarney, e da senadora Patrícia Saboya (PPS-CE), coordenadora da Frente Parlamentar dos Direitos da Criança e do Adolescente. Os senadores Romero Jucá (PMDB-RR), Ideli Salvatti (PT-SC) e Marcos Guerra (PSDB-ES) também compareceram à cerimônia de premiação.

Na abertura, Lobão afirmou que um dos propósitos do Senado sempre foi combater “a violência praticada contra a criança e o adolescente”. O presi-

dente da Câmara, João Paulo Cunha, manifestou apoio à iniciativa da Abrinq, que considerou “um brilhante exemplo de responsabilidade social”.

Representando o Poder Executivo, estiveram presentes os ministros Nilmário Miranda, da Secretaria Especial de Direitos Humanos; Humberto Costa, da Saúde; e Ana Fonseca, interina do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Foi lançada a “Plataforma Eleitoral Prefeito Amigo da Criança 2004”, convite aos candidatos a prefeito para que assumam a criança e o adolescente como prioridade.



ADIAMENTO Requerimento de José Jorge será votado após análise do tema pela CCJ

José Jorge quer investigar gastos com cartão de crédito

O senador José Jorge (PFL-PE) apresentou requerimento para que o Tribunal de Contas da União (TCU) realize auditoria nos gastos dos servidores da Casa Civil da Presidência da República com cartões de crédito corporativo. Ele citou informações divulgadas pela imprensa sobre pagamento de despesas de aproximadamente R\$ 1,5 milhão, somente em 2004.

Antes da apreciação do requerimento, o líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), apresentou proposta para que, antes da votação do requerimento, fosse realizada discussão mais profunda sobre o assunto no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Mercadante alegou que a concessão de cartões de crédito corporativo a servidores da Casa Civil não é procedimento novo, e obedece a recomendação do próprio TCU, feita em 1997, com o objetivo de permitir maior controle em relação a gastos considerados sigilosos.

O presidente da Casa, José Sarney, decidiu pelo sobrestamento da votação do requerimento até que a Comissão de Justiça seja ouvida.

José Jorge alega que a auditoria é imprescindível para investigar possível malversação de recursos no momento em que “senadores estão impedidos de instalar comissões parlamentares de inquérito”.



RECONHECIMENTO Chefes de Executivo receberam da Fundação Abrinq selo “Prefeito Amigo da Criança”

Agraciados estão cuidando do futuro, diz Tebet

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) cumprimentou os agraciados com o prêmio “Prefeito Amigo da Criança”, entregue ontem pela Fundação Abrinq em solenidade no Auditório Petrônio Portella. Ele destacou especialmente os três prefeitos de Mato Grosso do Sul que receberam o prêmio: Roberto Hashioka Soler, de Nova Andradina; Euclides Antônio Fabris, de Naviraí; e Guaracy Boschilia, de Caarapó.

– Essa iniciativa da Fundação Abrinq é o tipo de trabalho que devemos louvar. Quem cuida



AGRADECIMENTO Para Ramez Tebet, iniciativa da Fundação Abrinq deve ser louvada

das crianças está cuidando do futuro. Os agraciados estão cuidando do futuro dos seus mu-

nicipios. Faço votos para que um dia possamos comemorar o fim do analfabetismo, da miséria e dessas outras desgraças que atingem as crianças, ou seja, o trabalho e a prostituição infantil.

O trabalho desenvolvido pelo Senado em favor das crianças e adolescentes também foi ressaltado por Ramez Tebet. Ele citou as Comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Educação (CE) como espaços importantes em que são examinadas matérias que podem melhorar a vida dos jovens.

Comissão pede dados sobre compra de hemoderivados pelo Ministério da Saúde

A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) vai solicitar ao Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) lista de todas as notas de empenho referentes à aquisição, entre 1992 e 2004, de hemoderivados pelo Ministério da Saúde. As compras do período estão sendo investigadas pela Polícia Federal, na

Operação Vampiro. Os dados serão obtidos junto ao Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi).

Requerimento com o pedido, de autoria dos senadores Marcos Guerra (PSDB-ES), Antero Paes de Barros (PSDB-MT) e César Borges (PFL-BA), foi aprovado pela comissão. Segundo os autores, a CFC poderá prestar,

com os dados a serem obtidos, grande contribuição às investigações.

Os senadores afirmam que a Polícia Federal não tem meios suficientes para obtenção de todas as informações sobre as contratações desses produtos, pois elas se encontram arquivadas no Siafi e, em muitos casos, se referem a anos que não es-

tão disponíveis para quem tenha acesso ao sistema.

Devem ser solicitadas listagens de cadastro dos credores para quem foram emitidas as notas de empenho; das notas de empenho emitidas pelo ministério no período, com seus respectivos valores; e das ordens bancárias sacadas emitidas

pelo ministério para os credores.

A CFC também decidiu enviar ao Ministério Público parecer do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) sobre auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) em obras de restauração feitas em trechos das rodovias BR-101 e BR-262, localizados no Espírito Santo.



RECORDE Ideli ressalta que número de empregos criados é o maior desde 1985

Ideli destaca retomada do emprego e do crescimento econômico

A líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), chamou a atenção ontem para a queda do desemprego na Grande São Paulo, em maio, de 20,7% para 19,7%, conforme pesquisa do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese).

Foram criadas 157 mil vagas. Esse desempenho reflete a retomada da

atividade econômica, de acordo com números apresentados pela parlamentar.

Ideli observou que esse foi o maior número de empregos já criados na região em um único mês desde o início da pesquisa, em 1985. E que os postos de trabalho surgiram em todos os setores: 54 mil na indústria, 51 mil nos serviços, 42 mil no comér-

cio e 10 mil nos serviços domésticos e na construção civil.

Segundo a senadora, outro dado anunciado pelo Dieese foi a elevação da jornada de trabalho de 43 para 44 horas semanais, indicando aumento da atividade, com perspectiva de abertura de novas vagas.

Por outro lado, Ideli Salvatti manifestou sua preocupação com os

tumultos que estão ocorrendo em Florianópolis (SC), onde a população está revoltada com o aumento nas tarifas de transporte público.

– Disponho de informações muito preocupantes, com a polícia usando bombas de gás lacrimogêneo para dispersar a população que protesta há três dias seguidos – disse a líder do PT.

Tuma cobra exame de MP que reestrutura salário de militar

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) quer que o Senado vote com urgência a medida provisória (MP 2.215-10/01) que reestrutura a remuneração das Forças Armadas. Tuma criticou o texto da MP, que, segundo ele, provocou uma grande insegurança entre os militares das três Forças, principalmente entre os que tinham tempo de serviço suficiente para se transferir à reserva remunerada no dia 29 de dezembro de 1980.

– Essa medida provisória não cria qualquer regra de transição e não faz referência à situação dos militares anistiados. Precisamos retomar sua discussão e aperfeiçoá-la – afirmou Tuma. Em seu discurso, o senador lembrou os vários pronunciamentos contra o trancamento da pauta de votações por causa do excesso de MPs.

Tuma disse estranhar que, mesmo com o excesso de MPs, o Congresso tenha deixado de examinar e votar várias medidas provisórias, que caíam em uma espécie de limbo legislativo, como a que trata da remuneração dos militares. Essas MPs entram em vigor e, como não há exame ou votação, tudo fica como se o Congresso as tivesse aprovado. Atualmente, são 59 MPs em tramitação.



LIMBO Tuma comenta que muitas MPs caíram no esquecimento do Congresso

Cristovam exige prioridade para o social no orçamento

■ Senador diz que o país não conseguiu ainda fazer um “Plano Real para a pobreza”, como realizou para a moeda

Ao registrar que hoje se comemora o décimo ano da implantação do Plano Real e os 180 primeiros dias do governo Luiz Inácio Lula da Silva em 2004, o senador Cristovam Buarque (PT-DF) lamentou que o Brasil, apesar de ter conquistado a estabilidade monetária, ainda não conseguiu resolver suas mazelas sociais. Ele apelou aos senadores e deputados para que, durante a votação do orçamento do próximo ano, priorizem o social.

– Ainda não fizemos um Plano Real para a pobreza. Mas



AGILIDADE Cristovam apela para que Congresso não fique esperando medidas do governo

durante a discussão do salário mínimo nós acertamos que a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deverá incorporar uma lista de objetivos que possibilitará um choque social no Brasil – afirmou.

Segundo Cristovam, o relator

da LDO, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), fez constar em seu parecer que o governo federal se comprometerá em enviar ao Congresso um programa para a criação de um fundo de desenvolvimento da educação básica. Também deverá constar na lei a elaboração de um projeto para a contratação de 500 mil trabalhadores, que deverão realizar obras de saneamento nos municípios mais pobres.

Cristovam Buarque opinou que o Senado não deve ficar esperando que o Executivo encaminhe propostas para a área social e sugeriu que os senadores entrem em entendimento com a Câmara dos Deputados e elaborem um programa que faça para os pobres o mesmo que o Plano Real fez para a moeda brasileira.

Dois senadores querem anular votação da PEC dos Vereadores

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) apresentou recurso para anular a decisão tomada pelo Plenário, na sessão de terça-feira (29), de rejeitar a proposta de emenda constitucional (PEC 55-A/01) que modificava a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de cortar 8.528 vagas de vereador no país, acabando com apenas 5.062. Com a rejeição da proposta, ficou valendo a decisão do tribunal.

Segundo Valadares, a votação deve ser anulada porque o 2º vice-presidente do Senado, Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO), que presidia a sessão, também votou, quando o Regimento Interno determina que isso somente deve acontecer quan-

do há empate nos votos “sim” e “não”. O senador Romeu Tuma (PFL-SP), presidindo a sessão de ontem, decidiu remeter o assunto à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para análise e deliberação.

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) também apresentou recurso à Mesa pedindo a anulação da decisão que rejeitou a chamada PEC dos Vereadores. Ele alegou que o senador Eduardo Siqueira Campos não poderia votar. Romeu Tuma anunciou que o presidente do Senado, José Sarney, já havia despachado o recurso para a CCJ.

Por sua vez, o presidente Sarney declarou ontem que a discussão a respeito da PEC dos



REGIMENTO Valadares afirma que Eduardo não poderia votar na sessão que rejeitou emenda

Vereadores está ultrapassada. Indagado sobre os recursos apresentados pelos dois parlamentares, o presidente do Senado esclareceu que, como é de praxe, os recursos seguirão para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– Mas a votação já foi feita – avisou José Sarney.



INÉRCIA Azeredo critica postura do governo, que “não consegue utilizar recursos disponíveis”

Azeredo diz que país pode perder recursos por má gestão

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) disse ontem que, devido à lentidão na utilização de recursos disponíveis para investimentos pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva, o país em breve perderá US\$ 9 milhões em recursos internacionais, destinados às obras do metrô de Belo Horizonte. Nos 18 meses do governo petista, as obras ficaram paralisadas.

– O dinheiro está disponível e o governo não tem capacidade para gastar. Isso se chama má gestão administrativa. Estou fazendo essa denúncia de maneira construtiva, para fazer o governo federal se mexer.

O senador também apontou a lentidão do Poder Executivo no uso dos recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), que somam cerca de R\$ 70 milhões mensais.

Em contrapartida, Azeredo apoiou a aprovação da proposta de emenda à Constituição que aumentou a fatia da Cide destinada aos governos estaduais e municipais.

– Em relação a Minas Gerais, isso significa R\$ 3 milhões mensais adicionais, dinheiro que só pode ser gasto na recuperação de estradas estaduais.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney e Romeu Tuma